



COMISSÃO ESPECIAL SOBRE LIMITE PRECATÓRIOS E DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (PEC 66/23)

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2025
(Da Sra. Flávia Moraes)

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a ampliação do prazo de parcelamento das dívidas dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Especial sobre Limite Precatórios e Débitos Previdenciários (PEC 66/23), para debater a ampliação do prazo de parcelamento das dívidas previdenciárias dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações a respeito do debate:

1. Representante do Ministério da Previdência Social;
2. Representante do Ministério da Fazenda;
3. CNM (Confederação Nacional de Municípios);
4. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
5. Tribunal de Contas da União;
6. Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios (TCMs);
7. Frente Nacional de Prefeitos – FPN;
8. Especialistas em direito previdenciário, finanças públicas e federalismo.

JUSTIFICAÇÃO

Os Municípios brasileiros enfrentam um cenário de extrema dificuldade fiscal, agravado pelo alto volume de débitos acumulados junto ao





RGPS, muitos dos quais herdados de gestões anteriores. Esses débitos exigem pagamentos imediatos e comprimem o planejamento e a execução de políticas públicas essenciais, como o funcionamento de postos de saúde, escolas, creches e serviços de assistência social.

De acordo com dados recentes divulgados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), a dívida previdenciária dos entes municipais ultrapassa a marca de R\$ 200 bilhões, parte inscrita na Receita Federal e parte já transferida à Dívida Ativa da União, sob a gestão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Diante desse contexto, impõe-se a necessidade de revisão do prazo atual de parcelamento desses débitos, propondo-se sua ampliação para até 360 (trezentos e sessenta) meses, medida que garantiria maior previsibilidade fiscal e alívio orçamentário aos Municípios. Essa proposta visa viabilizar a continuidade da prestação de serviços públicos inadiáveis, promover o reequilíbrio das contas públicas locais e permitir um maior espaço fiscal para investimentos nas áreas sociais.

A medida, além de promover o princípio da justiça federativa, é tecnicamente coerente com o tratamento conferido aos Estados pela Lei Complementar nº 212/2025, que instituiu o programa PROPAG, permitindo o refinanciamento em até 360 meses das dívidas estaduais com a União.

Durante o **Seminário Estadual realizado na Assembleia Legislativa de Goiás, em 2 de junho de 2025**, essa pauta foi amplamente debatida e recebeu apoio de gestores públicos e parlamentares, que destacaram a urgência de providências normativas e legislativas para enfrentar o quadro de estrangulamento financeiro vivenciado pelos Municípios.

Sala das Comissões, em de de 2025.

FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)

